

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.043 - PE (2019/0314291-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
RECORRIDO : ADUFERPE - SECAO SINDICAL DO ANDES-SN
ADVOGADO : CLAUDIO SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA -
PE015020

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de Agravo de Instrumento, assim ementado (fls. 199/200e):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. EMENTA INOCORRÊNCIA. RPV CANCELADA. LEI Nº 13.463/2017. POSSIBILIDADE DE EXPEDIÇÃO DE NOVO REQUISITÓRIO. IMPROVIMENTO.

- 1. Agravo de instrumento interposto pelo INSS em face de decisão que nos autos da execução contra a Fazenda Pública, afastou a alegação de prescrição aduzida pelo ora agravante.*
- 2. O cerne da controvérsia diz respeito à ocorrência de prescrição da pretensão executória, bem como à possibilidade de expedição de nova requisição de pagamento.*
- 3. A agravante alega que, na espécie, ocorreu a prescrição da pretensão executiva, pois, na data em que requerida a reexpedição do ofício requisitório (12/07/2018), o montante já estava disponível para saque há cerca de sete anos, eis que teria sido disponibilizado em 2011.*
- 4. No entanto, o cancelamento das requisições de pequeno valor deu-se em virtude do advento da Lei nº 13.463/2017, mais especificamente por determinação contida em seu art. 2º, pela qual ficam cancelados os precatórios e as RPV federais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira. Ainda, consoante redação do art. 3º da mesma norma, após o cancelamento do precatório/RPV, é assegurado ao credor requerer a expedição de novo ofício requisitório.*
- 5. Nesse contexto, verifica-se que o prazo de prescrição não pode ser contado do trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento ou da data de disponibilização do primeiro requisitório, mas só poderia ser iniciado a partir do cancelamento das RPV (07/11/2017), razão pela qual deve ser afastada a alegação de*

prescrição.

6. Com efeito, o pedido de expedição de nova requisição é para meros fins de recebimento da quantia devida à parte recorrida, ou seja, não se trata de um pedido autônomo de execução do julgado, o qual já foi formulado tempestivamente.

7. Agravo de instrumento improvido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 220/221e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos arts. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e 2º e 3º da Lei 13.463/2017, alegando-se, em síntese, que tais norma restaram violadas, "uma vez que deferiu o pleito de expedição de requisitório cancelado, sem observar a prescrição da pretensão executória, a impedir a emissão de novo requisitório" (fl. 248e).

Sem contrarrazões (fl. 268e), o recurso foi admitido (fl. 269e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Não obstante impugne acórdão proferido em agravo de instrumento, entendo relevante registrar o cabimento do presente recurso especial, porquanto ausente a possibilidade de modificação do *decisum* originário, considerando não se tratar de decisão precária. Portanto, a insurgência endereçada a Corte é o caminho apropriado para impedir a preclusão da matéria.

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem decidiu a controvérsia nos seguintes termos (fl. 189e):

O cerne da controvérsia diz respeito à ocorrência de prescrição da pretensão executória, bem como à possibilidade de expedição de nova

requisição de pagamento.

A agravante alega que, na espécie, ocorreu a prescrição da pretensão executiva, pois, na data em que requerida a reexpedição do ofício requisitório (12/07/2018), o montante já estava disponível para saque há cerca de sete anos, eis que teria sido disponibilizado em 2011.

No entanto, o cancelamento das requisições de pequeno valor deu-se em virtude do advento da Lei nº 13.463/2017, mais especificamente por determinação contida em seu art. 2º, pela qual ficam cancelados os precatórios e as RPV federais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira.

Ainda, consoante redação do art. 3º da mesma norma, após o cancelamento do precatório/RPV, é assegurado ao credor [1] requerer a expedição de novo ofício requisitório.

Nesse contexto, verifica-se que o prazo de prescrição não pode ser contado do trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento ou da data de disponibilização do primeiro requisitório, mas só poderia ser iniciado a partir do cancelamento das RPV (07/11/2017), razão pela qual deve ser afastada a alegação de prescrição.

Com efeito, o pedido de expedição de nova requisição é para meros fins de recebimento da quantia devida à parte recorrida, ou seja, não se trata de um pedido autônomo de execução do julgado, o qual já foi formulado tempestivamente.

Com essas considerações, nego provimento ao agravo de instrumento (detaches meus).

Com efeito, nas razões recursais, a parte recorrente sustenta violação ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, sendo tal alegação inidônea a infirmar os fundamentos adotados pela Corte de origem, quais sejam, de que o pedido de expedição de nova requisição não é um pedido autônomo de execução do julgado e está amparado no art. 3º da Lei n. 13.463/2017, bem como que o prazo prescricional para solicitar nova RPV tem início a partir do cancelamento da antiga RPV, porquanto ausente comando suficiente nos dispositivos apontados para alterar a mencionada conclusão, razão pela qual o recurso não merece prosperar nesse ponto.

Com efeito, incide, por analogia, a orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZOADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO 18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO ESPECIAL. SÚMULAS 282, 284, 356/STF E 7/STJ.

(...)

3. O fato de constar na Lei de Licitações a previsão de empreitada integral não infirma, de plano, os dizeres do acórdão no sentido de que não há empecilho à inclusão do fornecimento de imóvel. O conteúdo dos dispositivos mencionados no Especial não tem comando suficiente para alterar o acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Em relação ao índice de reajuste utilizado e à caracterização do ato ímprobo, o acórdão se amparou nas conclusões de laudo pericial e afastou o prejuízo ao Erário. Aplica-se a Súmula 7/STJ à espécie.

Ressalto que o art. 11 da LIA nem sequer foi prequestionado, o que também sugere o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 229.402/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 08/05/2013 –destaques meus).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso

Superior Tribunal de Justiça

Especial.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora